

Por Vilhena Soares

Intenção é reunir no prontuário dados pessoais dos pacientes, sem violar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

O projeto de lei 487/2021, que busca implementar uma interface de [inteligência artificial](#) para profissionais de saúde na rede pública, será um dos principais temas da Comissão de Saúde após o recesso parlamentar. [Adriana Ventura](#) (Novo-SP), que é relatora da proposta, planeja fazer uma série de debates para avaliar o tema e resolver questões essenciais para o avanço da matéria, como a confidencialidade dos dados de pacientes.

“Reunir todos esses dados pode ajudar a facilitar o acesso e melhorar o atendimento, mas precisamos entender o que pode ser compartilhado. Como lidar com esses dados sensíveis? Isso trará muita discussão”, adiantou ao JOTA.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: JOTA, em 07.06.2023